

A Norma Culta da Criação Literária*

Evanildo Bechara

Filólogo, Gramático, Professor do Colégio Pedro II. Membro da Academia Brasileira de Letras

Queríamos, antes de tudo, agradecer a oportunidade que a EMERJ nos oferece de estar aqui conversando não somente com colegas de magistério, colegas que atuam direta ou indiretamente na área de língua portuguesa, mas também a oportunidade de conversar com colegas mais jovens a respeito deste maravilhoso instrumental de comunicação que é a linguagem humana, sobre o qual nós temos uma idéia ainda muito pálida. Justamente quando nós não conhecemos bem o objeto de estudo, estamos sempre sujeitos a cometer enganos a respeito de conclusões que se tiram sobre este objeto.

O primeiro passo que cabe lembrar é que a linguagem é um privilégio dos humanos – só os humanos falam, só os humanos utilizam este instrumental articulado que se chama linguagem. Quando falamos em linguagem, pensamos sempre na língua, e quando restringimos o conceito de linguagem à língua, estamos cometendo o primeiro grande erro, não somente teórico, mas também prático, porque isso também se vai refletir no trabalho do professor em sala de aula.

Essa confusão entre linguagem e língua tem trazido consequências que fazem que o trabalho do professor não acabe colhendo os frutos sazoados. Frutos que ele espera depois de um trabalho

* Conferência proferida em 6/5/2005 na abertura do projeto *Justiça aos Imortais - Encontros Literários* realizado pelo Cultural EMERJ.

de um ano inteiro, depois de um trabalho sério, depois de um trabalho do qual ele espera colher os melhores resultados. Mas o problema é que não se levou em conta o objeto de estudo e não se viu este objeto pelos prismas por que ele pode ser contemplado.

Então nós aqui vamos mostrar aos colegas mais jovens essa dimensão da linguagem, os resultados que daí se tiram e os erros que nessa dimensão se cometem, para que possamos ter uma idéia mais clara do que vem a ser esse instrumental admirável a que me referi e que nos possibilita esse intercâmbio neste momento.

A linguagem, como sabemos, é um atributo específico do gênero humano, e admite ser contemplada por diversos planos. A linguagem admite, inicialmente, três planos, que cumpre distinguir.

O primeiro plano é o plano universal. Chama-se universal porque é o plano que está acessível a todas as pessoas que nascem com todas as suas faculdades psico-físicas e, portanto, estão devidamente preparadas para entrar nesse domínio da universalidade da linguagem. Esse plano universal é o plano do pensar, é o plano de trabalhar com as regras elementares do pensar. E aí nós vamos desfazer o primeiro engano, segundo o qual se pensa que a gente fala somente com a língua.

A língua é um dos recursos para cumprir esta atividade da linguagem, mas não é nem o mais importante nem o único. Geralmente o professor de português se fixa nesse plano da língua e acha que, trabalhando nele, cumpre a sua missão. Na realidade um professor de língua deve ser antes um professor de linguagem, como nós vamos ver.

Portanto, o primeiro plano é o plano universal, que é o plano do pensar, é o plano de construir texto com “sentido”. Uma frase como há pouco tempo dizia um político: “A justiça e a polícia são como as duas mãos de um mesmo braço”, é uma frase que do ponto de vista de língua não se tem nada para emendar. A frase está construída com seu sujeito, com seu predicado, com seu complemento; mas o erro não está na língua - neste segundo plano a que vou fazer referência. O erro está no primeiro plano, porque, no mundo em que estamos inseridos, sabemos que cada braço só tem uma mão. De modo que “as duas mãos de um mesmo braço” não constitui um erro de língua portuguesa, mas um erro na elaboração do

pensamento, já que isso contraria os princípios gerais de construir frases com sentido, frases coerentes.

Hoje a lingüística estuda muito a coerência no português, o que, no fundo, é um erro. A coerência não é da língua; não existe língua coerente ou incoerente, existe é o pensamento coerente ou incoerente. A coerência é um atributo do pensar, e não um atributo da língua.

Mas esta idéia de que a coerência é uma virtude da língua está naquela célebre frase do autor francês quando entrou para a Academia Francesa, e que, no discurso sobre clareza e ilustração do francês, diz que “tudo o que não é claro, não é francês”, atribuindo à língua francesa o dom e a virtude da clareza. Mas não há línguas claras e obscuras. O que há é o pensamento. Então esta célebre frase - que já tem mais de duzentos anos - de que “Tudo o que não é claro, não é francês” é um exemplo típico da confusão entre o plano da língua - que é o plano histórico - e o plano universal - que é o plano do pensar. Portanto, o primeiro cuidado que nós devemos ter é verificar que na linguagem o primeiro plano é o plano universal.

Quando dizemos que uma criança ainda não fala, ou quando dizemos que os animais não falam, estamos fazendo referência a esse plano universal. O que queremos dizer com a frase não é que a criança ainda não fale português, ou francês, ou alemão ou inglês. Nós queremos dizer que a criança ainda não penetrou neste primeiro degrau da linguagem que é o pensar, pensar numa língua.

O segundo plano da linguagem é o plano histórico, é o plano das línguas. E por que o plano das línguas se chama plano histórico? Porque uma língua não é nada mais, nada menos que o mergulho do homem na sua historicidade.

Por isso eu posso usar o substantivo linguagem sem adjetivo; muita gente usa “linguagem humana”, não está errado, mas é uma expressão que pode ser simplificada em linguagem, sem o adjetivo, já que a linguagem é um privilégio dos humanos. Mas não posso fazer o mesmo com “língua”. Quando me refiro a uma língua, tenho que dizer se estou falando da língua portuguesa, da língua inglesa, da língua alemã, da língua latina, da língua grega, etc. Por quê? Porque uma língua é o mergulho do homem na sua historicidade. O

homem é, antes de tudo, um animal histórico, um animal que só fala porque nasceu no regaço de uma sociedade.

Nós conhecemos, desde os tempos de criança, a história do Tarzan, que viajava com os pais, de avião. Houve uma pane no avião, que caiu, todos morreram, menos aquela criança. Como aquela criança se desenvolveu sem o contacto de seus semelhantes, só em contacto com animais – a Chita, o leão, o elefante – essa criança não penetrou na sua historicidade da linguagem, ela não usava a língua até que apareceu a Jane que começou a lhe ensinar como se chama, como se diz, como se deve dizer, etc. Esse é o plano da língua.

O terceiro plano é o plano individual e se chama individual porque falamos sempre com alguém. Falamos sempre em uma determinada circunstância. Falamos sempre a respeito de um tema. Esse entorno do discurso nos leva sempre a adequar a nossa linguagem à pessoa que nos ouve, ou à pessoa que nos lê. Então não basta só que eu saiba pensar, que eu saiba me exprimir em uma língua. É necessário que eu saiba construir um texto adequado ao meu interlocutor. É uma característica da linguagem que se chama alteridade. Nós sempre falamos com outrem. Ainda que estejamos em um monólogo, estamos falando com o nosso *eu* interior. Então, mesmo em um monólogo, existe alguém que nos ouve, alguém que pondera, alguém que pode modificar a nossa maneira de ver o mundo.

De modo que esses três planos representam a grande atividade do professor. O plano do pensar - que é o plano da coerência; o plano da língua - que é o plano da correção; e o plano do texto, do discurso - que é o plano da adequação.

Certa vez Rui Barbosa, como um homem de cultura, foi convidado para ser paraninfo de uma turma de garotos que estavam terminando o curso primário. Para crianças Rui Barbosa falou durante duas horas. É claro que ele estava falando para os pais, para os professores, e não para os alunos. Então, esse discurso, esse texto poderia ser impregnado de grande veracidade, de grande filosofia de vida, mas não estava adequado ao seu auditório primeiro, que eram aquelas crianças que terminavam o curso primário, aos onze ou doze anos de idade.

A atividade do magistério brasileiro tem passado por esses três planos. E o grande erro da atividade é que cada época privilegiou um plano, quando deveria privilegiar todos os planos. No meu tempo de garoto o privilegiamento recaía na gramática, então todos nós tínhamos que conhecer gramática. Depois se chegou à conclusão de que só a gramática não era suficiente; partimos para um segundo plano, que foi o plano da interpretação. Aí não se ensinava mais gramática, começou-se a ensinar interpretação. Apareceram livros extraordinariamente bem feitos na literatura didática brasileira sobre interpretação. Então os alunos faziam uma leitura silenciosa e, após a leitura, vinham perguntas para ver se o aluno tinha tido condições de penetrar na compreensão e interpretação do texto.

Essa metodologia cometeu alguns erros teóricos. O primeiro deles foi, sem dúvida nenhuma, tirar do aluno a oportunidade da leitura em voz alta, que era o momento em que o professor iria ensinar determinados aspectos da língua, que normalmente ficavam esquecidos no trabalho do professor. Era o problema de ensinar a ler, a ler com uma interpretação necessária do texto. A leitura em voz alta não ia somente ensinar o aluno a aprender a ler em voz alta, mas ia ensinar o aluno a desbastar alguns defeitos de ortoepia, pronúncias de certos fonemas, principalmente aqueles fonemas que estão desaparecendo da língua falada espontânea como, por exemplo, os fonemas *r* e *l* ao final de sílaba. Antigamente os locutores só diziam /Su la me ri ca/, hoje só se diz /Su a mé ri ca/. E com isso se vai desmobilizando o aparelho fonador do aluno, o aparelho articulatório, para que ele aprenda outras línguas. Porque em francês ele tem que dizer /Il é/ e não /Il é /, em inglês ele precisa dizer /Eswellés/ e não /Es - well – es/, que não é inglês. Então, o aluno não utiliza o seu aparato articulatório do português para articular bem os fonemas de outras línguas, quando os fonemas existem em ambos os idiomas.

Há certos fonemas como a aspiração do inglês ou do alemão, que nós não temos. Vamos ter esta aspiração até em ambientes fonéticos curiosos, como é o caso do ‘s’ final interno de sílaba, como em “mesmo”, que muita gente pronuncia /mermo/ em lugar de /mesmo/. Então essa prática da leitura e interpretação tirou do aluno a possibilidade de ele aprender a ler em voz alta. É um desastre quando se pede a um aluno, mesmo de universidade, que leia um

texto em voz alta, porque ele não está acostumado a fazê-lo. Isso é uma falha que vem dos primeiros anos da escola.

Depois, passamos para um terceiro momento, é o momento da redação, da criatividade. Então havia no calendário escolar, na grade do aluno, uma hora para a criatividade. O aluno era obrigado a escrever sobre tudo, e o professor não corrigia porque a redação do aluno era fruto da criação e a criação é intocável. De modo que era uma escola que cultivava a mesmice idiomática, porque a criança não aprendia nada de novo nela. É bom recordar que esses três planos, que o sistema escolar brasileiro divide em partes estanques, eram os planos dos primeiros tempos da escola na Grécia e em Roma. Quando o aluno, aos onze anos, entrava em uma escola para aprender com o pedagogo, quer grego, quer romano, passava por uma primeira fase curricular que era o *trivium*, constituído de três disciplinas: a gramática (havia escola que mudava o segundo para o terceiro, mas de um modo geral a primeira disciplina era a gramática), porque a gramática não era o que fazemos hoje, a gramática era para ler e entender os clássicos, principalmente os poetas, porque a escola trabalhava com os poetas. Os prosadores eram trabalhados na retórica, que era uma outra disciplina. Então o *trivium* era constituído de três disciplinas: a gramática, a retórica e a dialética, também chamada lógica.

Se aprofundarmos esses três conceitos, veremos que a gramática é a língua; a retórica é a distribuição e a construção do texto, e a dialética, também chamada lógica, é a organização do pensamento. De modo que, há mais de vinte séculos se fazia melhor do que hoje fazemos em nossas escolas. Hoje é difícil retornar ao ensino produtivo da língua porque a escola se deteriorou, o magistério se deteriorou, não por culpa da escola ou dos professores, mas por culpa de um sistema perverso que começou a tirar do professor uma série de ditas “vantagens”. A primeira vantagem eram os dois a dois e meio meses de férias a que tínhamos direito – um mês no meio do ano e quase dois meses no final do ano. Mas era justamente nesses quase três meses que o professor, para usar um verbo moderno, se reciclava. O professor lia os livros, principalmente os livros didáticos melhores. Ele não os poderia aconselhar aos alunos dado o grau de teoria que eles tinham. Era o momento em que o professor apren-

dia coisas novas para melhorar o seu ensino. Aprendia uma coisa fundamental que está nas palavras de Platão: as palavras dizem o que são. E hoje o professor assoberbado entre 8 a 12 aulas diárias não tem tempo de ler, não tem tempo de escrever, não tem tempo de se aperfeiçoar, mal tem tempo de descansar para no dia seguinte voltar ao trabalho.

Então não há sistema educacional que melhore com a entrada de computadores na escola, com a melhoria da merenda escolar; tudo isso é importante, mas há uma figura central esquecida pelas autoridades e até pela sociedade: o professor. Nas novelas, quando aparece um personagem ridículo, esse personagem é o professor. Houve uma novela – **Roque Santeiro** - em que o professor era aquele débil mental que ia tomar cachaça no botequim e fazer uns versos de muito mau gosto. Depois, no fim da novela, o professor era vampiro, aquela figura que aparecia de madrugada. Em uma outra novela o professor era aquele débil mental que cortava os cachos dos cabelos das meninas. Em uma outra novela o professor era um gago, um maníaco sexual que pensava nas mulheres somente pensando no ato sexual. Não se levantou uma voz, nem da Secretaria da Educação, nem do Ministério de Educação, nem do Sindicato dos Professores, nem de um professor reclamando nas cartas de jornal, dessa imagem distorcida do professor. Entretanto, quando isso acontecia com outras categorias, como agora está acontecendo com uma beata da nova novela, as pessoas que estão ligadas ao grupo já estão fazendo as suas reclamações, porque é uma imagem distorcida de uma classe. Uma pessoa não é responsável pela classe, nem é o espelho da classe. Mas, quando se trata do professor, nada incomoda a classe.

Quando entrei para o magistério do Rio de Janeiro, o magistério do Distrito Federal, o professor de ensino médio era letra “O”, isto é, o salário era um pouco menor que o de um coronel. Hoje o professor teve deteriorado o seu salário.

Voltando ao nosso tema, vemos o ensino da língua mal distribuído entre esses três planos – o plano universal, o plano histórico e o plano individual. E os erros se cometem. Por exemplo, há bem pouco, porque ia haver uma mudança na regra de aposentadoria, os políticos começaram a discutir se o ponto-e-vírgula queria dizer “e”,

isto é, conjunção aditiva, ou se queria dizer “ou”, isto é, conjunção alternativa. Ora, o ponto-e-vírgula não quer dizer nem “e” nem “ou”. A interpretação do texto é que vai dizer, e pelo nosso conhecimento do mundo, pela nossa capacidade de pensar bem é que o tema se vai decidir. Se estou fazendo uma lista de compras e escrevo: feijão; arroz; verduras; etc. Pelo saber do mundo, entendemos que o texto quer dizer que no local eu tenho de comprar arroz, tenho de comprar feijão, tenho de comprar verduras. Portanto, aquele texto informa que tenho que comprar todas essas coisas. Mas se em uma instrução de concurso se disser o seguinte: “O candidato será desclassificado se for encontrado: a) consultando material alheio à prova; b) desrespeitar a banca; c)...” e assim sucessivamente, a nossa interpretação do texto é de que basta apenas uma daquelas condições, e não o somatório delas, para que a pessoa seja desclassificada do concurso.

Então, o ponto-e-vírgula, nesses casos, não é um problema de língua, é um problema da interpretação do texto de acordo com o meu saber do mundo, a minha experiência de vida, as regras elementares do pensar.

Quando a Ducal, uma loja que hoje não mais existe, começou com uma promoção de roupas que dizia assim “Compre duas roupas e leve três”. Aproveitei a promoção. Como eram roupas de meia confecção, havia consertos a fazer na manga, no paletó, no comprimento da calça. Assim, não poderíamos levar a roupa no mesmo dia. Era necessário marcar outro dia para buscá-las. Quando retornei à loja, levei o meu filho mais velho, que na época tinha 6 anos. Encaminhei-me ao caixa para fazer o pagamento e, nesse momento, o garoto veio a mim e disse: “Papai, o moço está embrulhando roupa de menos”. Fui lá com ele e contei as roupas e lhe disse que estava certo, que havia no embrulho três roupas. Ele então me disse: Não, papai, a televisão diz: Compre duas e leve três, então são cinco. Isso foi possível porque no universo da experiência do mundo de uma criança de 6 anos era perfeitamente factível que a casa comercial vendesse duas e desse três em promoção. No mundo da fantasia da criança, isso era perfeitamente normal, como era perfeitamente normal sair, por exemplo, um gigante de uma pedra ou coisas desse tipo. A criança vive no mundo da fantasia.

Então a interpretação dela não resultava do conhecimento de língua portuguesa, resultava exatamente das regras elementares do pensar, e aí a pessoa tinha que saber que não era possível a uma casa comercial vender dois produtos e dar três de graça.

A descrição da língua tem melhorado muito graças à lingüística teórica ou à teoria da linguagem. A teoria da linguagem tem nos mostrado uma série de pequenos enganos da gramática tradicional que são corrigidos dentro daquela filosofia de Platão de que as palavras dizem o que são. Essas correções, que estão nas gramáticas mais modernas, são evidentes, mas a evidência não foi suficiente para ser surpreendida em quase 20 séculos de gramática. Um só exemplo: todos nós aprendemos, ainda que intuitivamente, que no discurso só podemos coordenar unidades lingüísticas da mesma natureza. Eu posso, com as conjunções coordenativas, ligar dois substantivos, como, por exemplo, *microfone* e *copo*; posso ligar dois substantivos próprios, por exemplo *Torres* e *Carmen*; posso ligar dois adjetivos, *inteligente* e *trabalhador*; posso ligar dois verbos, *trabalha* e *estuda*; posso ligar duas preposições, por exemplo *com* e *sem* dinheiro brincarei o carnaval; posso ligar dois advérbios, *ontem* e *hoje*, etc.

Então o discurso exige que eu só posso coordenar unidades da mesma natureza. A gramática nos ensina que os numerais são numerais cardinais, ordinais, multiplicativos, fracionários. Agora vem o discurso e o discurso nos apresenta o seguinte: “Os dois primeiros lugares (...)”. Pela lição da gramática tradicional *dois* e *primeiros* são dois numerais: um numeral cardinal e o outro numeral ordinal. Mas essas duas palavras estão dizendo que uma delas não é numeral, pois se ambas fossem numerais, deveriam estar coordenadas. Deveriam estar assim: “Os dois e primeiros lugares...” mas nós não dizemos assim, dizemos “Os dois primeiros lugares...”. Então a gramática moderna aprendeu que os numerais são só os cardinais; os outros chamados numerais são substantivos e adjetivos, que ora estão ligados à posição “primeiro, segundo, terceiro”; ora estão ligados à medida “um meio, um terço”, e que essas palavras no discurso ou funcionam como adjetivas, como no exemplo “Os dois *primeiros* lugares”, em que *dois* é numeral e *primeiro* é adjetivo. Se *primeiro* fosse numeral, *anterior* e *posterior* também o seriam, porque indicam posições. Ninguém ainda tentou classificar *anterior* e *posterior* como numerais.

Dizer que o numeral ordinal está ligado ao número, pode não estar evidentemente. Como a história daquela pessoa que entrou em seu escritório vangloriando-se de ter tirado o segundo lugar no concurso, e foi aquela onda de elogios. E quando se perguntou ao aprovado quantos eram os concorrentes, ele respondeu: “Dois”. Então o segundo era também o último. De modo que esses pequeninos fatos de teoria estão sendo corrigidos.

Agora se perguntará: Qual é a importância disso para a língua? Isso tem uma importância capital, porque hoje ensinar gramática é ensinar a refletir sobre as unidades. Eu não posso ensinar a língua toda, então eu preciso dar ao aluno condições, traços pertinentes com os quais ele vai chegar a uma análise reflexiva, e a reflexão lhe permitirá resolver uma série de problemas.

É curioso que a língua não somente constrói pensamentos positivos, lógicos, mas também nos habilita, pelo nosso conhecimento do mundo, a desfazer aparentes construções sem sentido. Quando Roberto Carlos canta que “tudo está bem entre nós como dois e dois são cinco”, é o nosso saber do mundo que vai interpretar corretamente esse aparente absurdo de dizer que dois e dois são cinco”. O poeta quis dizer que “nada” vai bem entre nós, assim como não vai bem a operação aritmética que afirma que dois e dois são cinco”.

Então, ao mesmo que tempo que a nossa experiência do mundo nos habilita a usar construções com sentido, ela nos habilita também a decodificar aparentes frases ilógicas, porque o que eu quis dizer foi mesmo uma frase ilógica para que a pessoa percebesse que o que eu queria dizer não era bem o que estava expresso.

Existe uma passagem curiosa do Padre Antônio Vieira. Estava ele em Roma com função do governo português. As suas cartas eram cartas vigiadas por uma espionagem que ele não conhecia; devia saber tudo o que era escrito nas cartas que saíam do Colégio de Jesuítas. E uma vez confidenciaram ao padre Antonio Vieira que havia uma informação de movimento nas tropas espanholas. Essa informação veio de fonte italiana, ele não poderia dizer na carta: “soube, por fonte italiana, que...”. Então usou de um artifício que contrasta a língua padrão portuguesa com a língua padrão italiana - a colocação do pronome no início da frase. O italiano pode perfeitamente construir uma frase na língua padrão como “Mi piace”. Em portu-

guês padrão nós não poderíamos dizer “Me agrada”, temos que dizer “Agrada-me”. Então, colocando o pronome no início, quis dizer, exatamente, nas entrelinhas, para reforçar aquele pensamento que “para bom entendedor, meia palavra basta”; que aquele “me” no início denunciava uma informação de fonte italiana a respeito de um ajuntamento de tropas espanholas para combater Portugal.

Então é um artifício de língua que hoje se usa. Muitos políticos quando recebem seus eleitores, a quem tinham prometido vagas, podem usar de artifício como: “Quando você receber uma carta minha indicando um eleitor meu, se os “tt” não forem cortados, isso significa que não tenho nenhum interesse em que o meu pedido seja atendido”. A carta de solicitação realmente fora encaminhada, e se não for atendida é porque o outro lado não pôde atender.

Outro ponto importante dos estudos modernos diz respeito ao seguinte: antigamente se imaginava uma língua como uma unidade homogênea e unitária. Tudo o que não estivesse de acordo com a gramática, ou toda palavra que se empregasse não estivesse inserida no dicionário era considerada errada. É o caso, por exemplo, de “imexível”. O ministro Magri no governo Collor disse “o projeto é imexível”, e procuraram no Aurélio essa palavra, e, como não estava aí, disseram que a palavra não existia no português. Acontece que uma língua está a serviço da comunidade, e a comunidade não só repete o que herdou da tradição, mas também está capacitada a construir palavras novas para atender às necessidades do progresso, seja progresso material, seja progresso cultural.

Pois bem, hoje estamos conscientes de que uma língua histórica – português, francês, espanhol, italiano, etc. - é um somatório de várias línguas dentro dela. E o resultado é que existem diversas gramáticas dentro da língua. Porque, o que é a gramática? A gramática é o registro das regras por que uma língua funciona.

Então, por exemplo, na linguagem coloquial brasileira fizemos uma diferença no emprego gramatical do ‘lhe’. Na gramática padrão, ‘lhe’ tem compromissos com a regência verbal; usa-se ‘lhe’ quando o verbo pede preposição ‘a’ ou ‘para’. *Escrevi aos pais – escrevi-lhes; Disse a ele – Disse-lhe; etc.* Então o ‘lhe’ tem responsabilidade com a regência verbal. Na língua familiar, na língua popular, na língua espontânea, ‘lhe’ não tem compromisso com a re-

gência verbal. Por isso não se deve dizer, como se ouve por aí, que o 'lhe' funciona como objeto direto. No 'lhe' coloquial não existe oposição, porque o objeto direto se opõe ao objeto indireto. Tudo na língua é oposição. Então, quando o 'lhe' é usado na língua coloquial a oposição não é objeto direto X objeto indireto. A oposição é entre a pessoa com quem eu falo e a pessoa de quem eu falo. E o 'lhe', portanto, se refere à pessoa com quem eu falo. Se eu quero me referir a uma terceira pessoa, eu uso 'ele': *eu vi ele*, e não *eu o vi*. *Eu vi 'ele'* é eu vi uma terceira pessoa, e não eu vi você. Então, na língua coloquial nós podemos dizer: *eu lhe vi* – o verbo *ver* pede objeto direto, mas aí não tem nada que ver com objeto direto. *Eu lhe vi* significa *Eu vi você*. *Eu lhe vi*; *Eu lhe cumprimento*; *Eu lhe convido*; *Eu lhe amo*, e coisas desse tipo. De modo que é um novo tipo de gramática da língua coloquial, na modalidade coloquial, enquanto na língua padrão prevalece *Eu o vi*, *Eu o cumprimento*, *Eu o convido*, *Eu o amo*. Então, o professor hoje tem que trabalhar com as diversas variedades de língua dentro do português.

Antigamente, a escola não enriquecia a competência lingüística do falante, porque a criança entrava na escola com a língua de casa e a escola queria que ela saísse de lá falando a língua da escola. De modo que o aluno entrava monolíngüe, falando a língua de casa, e a escola queria que ele saísse dela também monolíngüe, falando a língua da escola. Hoje o professor não pode ter essa visão distorcida de uma língua histórica.

Ainda me lembro de que, quando cheguei ao Rio de Janeiro, (cheguei no admissão) aconteceu um fato que bem ilustra o que acabo de dizer. Naquele tempo se usava muito texto para corrigir. Dava-se uma frase errada e os alunos tinham que corrigi-la. O professor propôs a seguinte frase para correção: com voz tonitroante, disse: "Corrijam a seguinte frase: Fui no armário" (exagerando na sílaba *ma*). Nós nos entreolhamos e não vimos nenhum erro aí. Na linguagem coloquial o verbo *ir* se constrói com a preposição *em*: assim como *fui no cinema*, *fui na escola*, *fui no teatro* etc. Quando o professor viu que ninguém havia detectado erro, permitiu que os alunos se reunissem em grupo de três para ver se o erro facilmente saltava aos nossos olhos. Reunimo-nos em grupo de três e no meu grupo havia um colega que era dado à leitura de romances policiais. Então ele nos disse:

“Perceberam que ele disse ‘armário’”. E nós dissemos: É verdade! Mas o professor disse ‘armário’ porque havia saído uma reforma ortográfica e ele queria que nós colocássemos o acento, porque a preocupação dele não era ortográfica, o acento de *armário*. Ele queria ver a regência do verbo *ir*. Aí nós imediatamente – eu e o outro colega – dissemos: “É mesmo. É aí que está o erro”. E ele imediatamente levantou a mão. O professor perguntou então: Conseguiu descobrir onde está o erro? “. Ele respondeu: Sim, professor”. “E qual é a correção?” O colega respondeu: “Fui no guarda-roupa.”

Ora, hoje o professor seguirá uma outra metodologia de ensino. Se ele estiver lendo um texto e aí tiver escrito – *Fui à cidade*, o professor dirá ao aluno: “Reparem - *Fui à cidade*”. Normalmente falando se diz: *fui na cidade, fui no jornaleiro, fui na padaria*. Mas reparem que no texto escrito, em texto de responsabilidade, vocês estarão cometendo um deslize. *Fui na cidade* não é erro, mas pertence a uma variedade de língua em que é normal se dizer assim: existe, todavia, uma outra variedade, a variedade que devemos usar no momento de responsabilidade cultural, nos momentos de concurso, em que devemos dizer “*Fui à cidade*” e não “*Fui na cidade*” - que não está errado, mas pertence a um outro nível de língua. Assim como, em casa, comemos carne e peixe com o mesmo talher, em casa tomamos água e vinho no mesmo copo. Mas em um restaurante mais sofisticado temos o talher da carne e o do peixe. Então precisamos conhecer isso. Uma pessoa poderá dizer: “Ah, mas isso é bobagem! Por que eu não posso comer com o mesmo talher carne e peixe?”. Você pode; mas normalmente você não faz, assim como você não vai a uma festa com a mesma roupa com que vai à escola ou ao Maracanã assistir a um jogo.

Então o professor desde cedo vai inoculando no aluno que a grande competência lingüística que ele tem que desenvolver é a de ser um poliglota em sua própria língua, isto é, saber português não é saber somente a língua padrão, mas é saber usar as variedades de língua conforme o momento social que ele enfrenta. E aí os professores vão alargar os conhecimentos dos alunos, e vão mostrar-lhes como essa língua portuguesa é rica, é adaptável, é maleável, tanto no vocabulário (que é riquíssimo!), quanto na sua sintaxe e na sua morfologia.

Então, hoje, o professor de português tem que ter uma nova visão, ler novos livros, conhecer novos teóricos, para que realmente possa cumprir com galhardia a missão que lhe foi confiada. Acabar com essa idéia que invadiu a escola de que a leitura deve ser feita somente com trechos de jornal e de revista. A língua literária é onde a língua atinge a sua maior riqueza de exemplaridade. Então os bons autores devem ser levados ao aluno para a construção do pensamento, devem ser levados ao aluno pela qualidade de língua que eles apresentam, e devem ser levados ao aluno pela qualidade de estrutura do texto que só o artista da palavra consegue vencer e dominar.

Eram essas as considerações que gostaria de transmitir a um auditório tão seleta. Obrigado. 